



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

0

EDITAL

Nº 030/2019

Joaquim Cesário Cardador dos Santos, Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Torna público que, em cumprimento do disposto no art. 56º do Anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que alterou a Lei nº 169/99 de 18 de setembro, vigorando com as alterações da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, e nos termos dos art.º 110º e seguintes do novo Código do Procedimento Administrativo, conforme deliberação nº 344/2018-CMS, tomada na reunião ordinária realizada no dia 07 de novembro, foi aprovado o **Despejo da fração sita na Rua da Alegria, nº 21, 2º Esq., Bairro da Cucena, Aldeia de Paio Pires:**

"Luís Pina dos Santos, foi realojado na Rua da Alegria, nº 21, 2º Esq, Bairro da Cucena – Aldeia de Paio Pires, União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, Concelho do Seixal, na sequência da outorga com o Município do Seixal, em 01.10.2002, de CONTRATO DE CEDÊNCIA DE FRAÇÃO AUTÓNOMA NO ÂMBITO DO PLANO ESPECIAL DE REALOJAMENTO.

Em 11.06.2018, foi solicitado ao Posto da GNR de Aldeia de Paio Pires, que efetuasse as diligências necessárias para identificar os ocupantes da referida fração;

A GNR, de Aldeia de Paio Pires, comunicou em 03.07.2018, que apesar de várias tentativas, não foi possível identificar os ocupantes ou o arrendatário em virtude de ninguém atender, tendo os vizinhos do 2º dtº, informado que a casa estava desabitada há cerca de 2 meses;

O Arrendatário apresenta um incumprimento no pagamento da renda mensal superior a 6 meses.

O Município do Seixal, é dono e legítimo proprietário da fração autónoma, correspondente ao 2º andar Esquerdo, do prédio nº 21, da Rua da Alegria, Bairro da Cucena-Aldeia de Paio Pires, União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, Concelho do Seixal.

A Taxa anual devida pela fruição da fração é de 200,40 (duzentos euros e quarenta centimos), paga em duodécimos mensais no valor de 16,70 (dezassexis euros e setenta centimos).

O arrendatário tem em incumprimento na presente data 41 prestações.

Constituem causas de resolução do contrato de ocupação da fração habitacional, a falta de pagamento pontual das rendas à data do seu vencimento e da não ocupação do locado por um período superior a 60 dias.

O arrendatário ao não pagar a renda durante 6 meses e ao manter desabitada a fração por mais de 60 dias, sem estar autorizado, violou as alíneas a) e q), do artigo 17º, do Regulamento Municipal de Acesso e de Gestão das Habitações Sociais Propriedade do Município do Seixal e do



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Q

nº3, do art. 1083º, do C.Civil, na redação que lhe foi dada pela Lei 6/2006, de 27/02, que aprovou o NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO (NRAU).

Com efeito, nos termos do art. 44º, do Regulamento Municipal de Acesso e de Gestão das Habitações Sociais Propriedade do Município do Seixal, além das causas previstas no citado regulamento Regulamento e no NRAU, constituem ainda causas de cessação do contrato de arrendamento, as previstas nos artigos 25º a 28º, da Lei 81/2014, de 19/12.

Como consequências da falta de ocupação do locado e do não pagamento das rendas por mais de seis meses, o arrendatário deverá restituir o fogo habitacional livre de pessoas e bens e no estado de conservação em que lhe foi entregue, sem prejuízo das deteriorações normais e correntes, fruto de uma utilização prudente (Cfr. art. 45º do Regulamento Municipal de Acesso e de Gestão das Habitações Sociais Propriedade do Município do Seixal).

O arrendatário está obrigado a desocupar a habitação, no prazo de 30 dias úteis, e a entregá-la, livre de pessoas e bens, até ao termo da comunicação feita para o efeito, do qual deve constar o fundamento para a entrega da habitação (Cfr. artigos 34º e 35º, nº2, da Lei 81/2014, de 19/12, na redação que lhe foi dada pela Lei 32/2016, de 24/08 e nº3 do art. 46º, do Regulamento Municipal de Acesso e de Gestão das habitações Sociais Propriedade do Município do Seixal).

Caso não seja cumprida voluntariamente a obrigação de desocupação e entrega de habitação, haverá lugar a despejo, com recurso à força pública, caso se justifique, e o transporte adequado dos bens existentes no interior da habitação para um depósito Municipal (Cfr. art. 34º, nº8 e 28º, nº5, da Lei 81/2014, de 19/12, na redação que lhe foi dada pela Lei 32/2016, de 24/08 e nº4, do art. 46º, do Regulamento Municipal de Acesso e de Gestão das habitações Sociais Propriedade do Município do Seixal).

O Despejo é determinado pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador em quem esta competência tenha sido Delegada, com recurso à força pública caso se julgue necessário.

Nestes termos e pelos fundamentos expostos no parecer jurídico que antecede, de acordo com o nº1, do art. 94º, do NCPA, proponho que a Câmara Municipal do Seixal, na qualidade de proprietária da fração habitacional sita na Rua da Alegria, nº21, 2º Esq, Bairro da Cucena – Aldeia de Paio Pires, União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, delibere que:

a)Seja declarado resolvido o CONTRATO DE CEDÊNCIA DE FRAÇÃO HABITACIONAL, celebrado entre o Município do Seixal e Luís de Pina dos Santos, relativo ao fogo habitacional sito na Rua da Alegria, nº 21, 2º Esq., Bairro da Cucena-Aldeia de Paio Pires, União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, Concelho do Seixal, com fundamento na ausência por período superior a 60 dias e no incumprimento da obrigação do pagamento da renda mensal, por mais de 6 meses, nos termos do nº3, do art. 1083º do Código Civil e alínea b), do art. 24º e o nº3, do art. 25º, da Lei 81/2014, de 19/12, na redação que lhe foi dada pela Lei 32/2016, de 24/08 e o REGULAMENTO MUNICIPAL DE ACESSO E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DO SEIXAL;

b)Seja notificado Luís Pina dos Santos , para efetuar o pagamento da quantia em dívida, acrescido do valor constante no nº2, do art. 42º do Regulamento Municipal, no prazo de 30 dias, findo esse prazo, liquide-se o valor em dívida, seja emitida certidão de relaxe e instaurado Processo de Execução Fiscal."



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares habituais estabelecidos na Lei, por dez dias (úteis), subsequentes à data do presente.

Seixal, 22 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal

Joaquim Cesário Cardador dos Santos.